



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002666-83.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Valentim Rossi**
 Requerido: **Banco Itaúcard S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor se volta contra sua inscrição perante órgãos de proteção ao crédito realizada pelo réu, alegando que ela não teria respaldo a justificá-la.

O exame dos autos denota que a questão trazida à baila já foi apreciada neste Juízo.

Em processo que culminou com a prolação da sentença cuja cópia se encontra a fls. 14/16 se reconheceu como ilegítima a negatificação do autor por parte do réu, tanto que este foi condenado a indenizar-lhe os danos morais sofridos em função disso.

Agora, sobreveio a notícia de que nova inserção teve vez pelo mesmo fundamento da anterior, já repelido.

O réu em contestação não negou tais fatos, limitando-se a salientar que eles seriam inaptos à configuração dos danos morais invocados pelo autor, mas não lhe assiste razão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isso porque a indevida negativação rende ensejo a danos dessa natureza passíveis de ressarcimento, ficando aqui reiterados os fundamentos expendidos a fls. 15 sobre o assunto.

Resta fixar o montante da indenização devida pelo réu e uma vez mais reitero o que foi assinalado a fl. 16 a propósito.

Tomando em consideração os critérios utilizados em casos afins (condição econômica das partes e grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), **bem como a reiteração do réu no ato ilícito que perpetrrou** (o que denota que a condenação já verificada não teve qualquer efeito pedagógico a coibir tal prática), o montante postulado afigura-se compatível com essas circunstâncias e em consequência deve ser acolhido.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade do débito tratado nos autos e para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 10.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fls. 17/18, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 11 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**